

Os algozes de Gomes Freire: análise prosopográfica e ideológica de alguns decisores do seu processo

Daniel Estudante Protásio



Introdução conceptual e estado da arte

O processo de Gomes Freire de Andrade, de Maio a Outubro de 1817, teve vários decisores: políticos, officiosos, judiciais e policiais/militares. Indivíduos, figuras históricas dotadas de personalidade, de percursos escolares/académicos, institucionais e político-ideológicos. Muitos deles notabilizaram-se, desde o início das Invasões Francesas até pelo menos a convenção de Évora-Monte, isto é, num período longo de mais de um quarto de século (1807-1834).

Algumas das figuras envolvidas - e mesmo testemunhos essenciais de tal processo - faziam parte da estrutura de poder em Portugal entre 1810 e 1820, o chamado conselho de governadores. Foram os casos do Principal António José Meneses de Sousa Coutinho, de Miguel Pereira Forjaz e de um memorialista importante da época, Ricardo Raimundo Nogueira. Pereira Forjaz e o Principal Sousa são, aliás, considerados os responsáveis pela acusação, condenação e execução de Gomes Freire de Andrade^[1]. Outra figura de destaque a nível político, o marechal-general William Carr Beresford, também influenciou a decisão tomada.

Num segundo nível de decisão, o judicial, podemos agrupar alguns nomes conhecidos da magistratura e política da época: António Gomes Ribeiro (que chegou a chanceler-mor do reino), o padre António José Guião (ministro de D. Miguel), José Ribeiro Saraiva e José António de Oliveira Leite de Barros (ministro aquando da Abrilada e de 1828 a 1833). Se Beresford e Pereira Forjaz não puderam manter, após a Revolução Vintista, o mesmo nível de protagonismo público, Gomes Ribeiro, Guião, Ribeiro Saraiva e Leite de Barros, já desembargadores em 1817, ganharam poder e projecção, em 1820 e na quinzena de anos seguintes. O mesmo pode ser dito, em menor escala, de Manuel Vicente Teixeira de Carvalho. Servindo a causa do conservadorismo, da repressão de movimentos revolucionários e, depois, da contra-revolução em Portugal, voltaram a reunir-se num dos

Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 203 - 216.

:: Neste pdf - página 1 de 19 ::

momentos mais paradigmáticos de tais ideologias, as cortes tradicionais de Lisboa de 1828.

Num terceiro campo de actuação, o policial/militar (como veremos, também ele poroso e sem barreiras intransponíveis face aos demais), temos duas figuras, o intendente-geral de polícia, João de Mattos Barbosa de Magalhães (futuro ministro da Justiça em 1829^[2]) e o então tenente-coronel Joaquim José Maria de Sousa Tavares, comandante da Guarda Real de Polícia, aquando da queda de Lisboa nas mãos do duque da Terceira, em 1833.

Num quarto grupo contam-se três personalidades oficiosas, que actuarão, respectivamente, como conselheiros de Beresford, em Maio de 1817, e propagandista da pacificação dos povos, após a morte de Gomes Freire e dos *Mártires da Pátria*. Refiro-me ao 1º visconde de Santarém, a Cipriano Ribeiro Freire e ao arcebispo de Adrianópolis, irmão do primeiro.

Obtemos assim um total de 16 figuras, a serem estudadas de um ponto de vista prosopográfico, isto é, como amostra de uma determinada elite multifuncional, que geriu os negócios da metrópole portuguesa, desde, pelo menos, 1810 até 1834, muitas vezes defendendo pontos de vista conservadores, tradicionais e contra-revolucionários.

Análise prosopográfica

Começemos por integrar dados relevantes, como a data de nascimento, a idade (aproximada) aquando do processo Gomes Freire de Andrade, a origem geográfica e a categoria sócio-profissional, em 1817.

Quadros 1 a 3: dados prosopográficos, em 1817.
(nascidos nas décadas de 1740/50, 1760 e 1770/80)^[3]

Destas dezasseis personalidades, oito (50%) eram septuagenários e sexagenários e, por progressão na carreira ou influência exercida, desempenhavam importantes cargos políticos e judiciais:

Nome	Ano nascimento	Idade aproximada em 1817	Origem geográfica	Categoria sócio-profissional
António Gomes Ribeiro	1742	75 anos	Barcelos	Desembargador
Ricardo Raimundo Nogueira	1746	71 anos	Porto	Governador da regência
José António Oliveira Leite de Barros	1749	68 anos	Fafe	Desembargador

Cipriano Ribeiro Freire	1749	68 anos	São João da Cova, Minho	Governador do Reino
Manuel Vicente Teixeira de Carvalho	1752 ou 1753	65 ou 66 anos	Mondim de Basto	Desembargador
José Ribeiro Saraiva	Baptizado 1754	63	Paços, Santa Marinha, Guarda ³	Desembargador
Principal Sousa	1757	60		Governador da regência
1º Visconde Santarém	1757	60	Lisboa	1º Secretário de Estado da Casa do Infantado

Quatro (25%) nasceram na década de 1760, sendo cinquentenários ou próximos dessa idade:

Nome	Ano nascimento	Idade aproximada em 1817	Origem geográfica	Categoria sócio-profissional
Arcebispo de Adrianópolis	1763	54	Lisboa	Clérigo
João de Mattos Barbosa de Magalhães	1767 ou 1768	49 ou 50	Barcelos	Intendente-geral da Polícia
William Carr Beresford	1768	49 anos	Irlanda	Militar
Miguel Pereira Forjaz	1769	48 anos	Santa Marinha de Arcozelo, Ponte de Lima ^[4]	Secretário da regência

Três (18,75%) nas décadas seguintes, 1770 e 1780:

Nome	Ano nascimento	Idade aproximada em 1817	Origem geográfica	Categoria sócio-profissional
Joaquim José Maria de Sousa Tavares	1777	40 anos	Setúbal ^[5]	Militar
João Gaudêncio Torres	1779 ou 1780 ^[6]	37 ou 38 anos		Desembargador

José Vicente
Caldeira do
Casal Ribeiro

1784¹²

33 anos

Portalegre Desembargador

Por fim, de António José Guião desconhece-se a data de nascimento (6,25%).

Das restantes quinze figuras, são conhecidas as origens geográficas de 13, assim repartidas:

- Minho (Barcelos, Fafe, S. João da Cova e Santa Maria de Arcozelo), 5;
- Estremadura (Lisboa e Setúbal), 3;
- Alentejo (Portalegre), 1;
- Trás-os-Montes (Mondim de Basto), 1;
- Douro Litoral (Porto), 1;
- Beira Alta (Guarda), 1;
- Estrangeiro (Irlanda), 1.

Deve destacar-se que a zona a norte do Douro é aquela de onde provém a maior parte dos algozes de Gomes Freire de Andrade (7 em 15; 46,66%), com predominância minhota (5; 33,33%). A feroz resistência ao invasor francês durante as guerras peninsulares nas zonas nortenhas e raianas de Portugal (Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Douro Litoral) pode ser entendida como um substracto cultural importante, na luta contra as influências ideológicas afrancesadas, simbolizadas, aos olhos destes homens, por Gomes Freire de Andrade.

Percurso escolar e ocupações sócio-profissionais

Pelo menos dez destas quinze personalidades (66,66%) foram desembargadores: do Paço, da Casa da Suplicação e da Relação do Porto; ou simples juizes, depois de lentes, bacharéis ou doutores nas Faculdades de Leis/Cânones da Universidade de Coimbra. Podem ser listados, por ordem de antiguidade e por importância na escala judicial do processo, da seguinte forma:

1. António Gomes Ribeiro, desembargador da Relação do Porto (1779), da Casa da Suplicação (1789) e do Paço (1802), um dos juizes da Setembrizada (1810) e “Juiz [relator] da inconfidência de Gomes Freire”¹⁸¹;
2. Ricardo Raimundo Nogueira, lente jubilado em 1802, reitor do Colégio dos Nobres e membro do conselho de regência a partir de 1810, memorialista na década que manteve estas últimas funções;

Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 203 - 216.

:: Neste pdf - página 4 de 19 ::

3. José António de Oliveira Leite de Barros, desembargador da Casa e Relação do Porto (1784), desembargador ordinário e dos Agravos da Casa da Suplicação (1793 e 1799), desembargador do Paço, em 1805, e, no ano seguinte, juiz relator do Conselho de Justiça do Almirantado, juiz adjunto no processo de Gomes Freire^[9];
4. José Ribeiro Saraiva, desembargador da Relação do Porto (1800), desembargador ordinário e agravista da Casa da Suplicação, desde 1807 e 1815, e juiz adjunto no processo de Freire de Andrade^[10];
5. Padre António José Guião, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, em 1802, juiz suplente ou “auxiliar no processo de Gomes Freire de Andrade”^[11];
6. Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, desembargador da Casa da Suplicação (1793), guarda-mor interino da Torre do Tombo, em 1814, desembargador do Paço, desde 1815, e juiz suplente no processo de 1817^[12];
7. João de Mattos Barbosa de Magalhães, desembargador da Relação do Porto, em 1800, e, quase dois anos depois, da Casa da Suplicação; desde 1809, intendente-geral da Polícia, em 1816, desembargador do Paço^[13];
8. José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, desembargador da Relação do Porto (1811), ajudante do intendente-geral da Polícia^[14];
9. João Gaudêncio Torres, desembargador da Relação do Porto com exercício de segundo ajudante do intendente-geral da Polícia, em 1814^[15];
10. O Arcebispo de Adrianópolis, aluno do Colégio dos Nobres e formado em Cânones, em 1788, depois de ter passado pela faculdade de Leis nos dois primeiros anos do seu percurso universitário. Foi juiz-conservador da Ordem de Malta em Portugal.

Três militares, veteranos das Guerras Peninsulares:

1. Marechal-general Beresford;
2. Coronel Miguel Pereira Forjaz;
3. Tenente-coronel Joaquim José Maria de Sousa Tavares.

Três eclesiásticos:

1. Principal Sousa, da Igreja Patriarcal de Lisboa;
2. Arcebispo de Adrianópolis (já listado como formado em leis);
3. Padre António José Guião (já listado como magistrado).

Por fim, temos duas personalidades com percursos escolares e sócio-profissionais diferentes dos demais:

Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 203 - 216.

:: Neste pdf - página 5 de 19 ::

1. Cipriano Ribeiro Freire, diplomata, representante em Londres (1774-1791) e em Washington (1794-1799), Inspector do Real Erário, em 1808, governador do reino, a partir de 1809 (com funções de secretário dos Negócios Estrangeiros), e presidente da Real Junta do Comércio, a partir de 1810^[16];

2. 1º Visconde de Santarém, educado num colégio eclesiástico em Lisboa, que é designado como uma presença crucial em Portugal, de 1808 a 1818, oficiosamente uma espécie de “secretário-geral da Casa Real” e oficialmente Primeiro Secretário de Estado da Casa do Infantado^[17].

Cronologia das intervenções individuais no processo Gomes Freire de Andrade

Ora, depois de verificados as idades aproximadas, as origens geográficas, os percursos escolares e sócio-profissionais destes interventores no processo judicial e político em questão, vejamos como cada um deixou a sua marca no ano de 1817:

- em Abril de 1817, o Principal Sousa teria sido o primeiro a apontar Gomes Freire de Andrade como “fazendo parte da conspiração”^[18].

- “O plano” seria prender, de noite, o marechal-general, no dia seguinte, o povo e a tropa pediriam um novo comandante-em-chefe. Assumindo Gomes Freire de Andrade tal papel, para evitar uma sedição e criando uma estrutura política provisória^[19].

- Tal conspiração, ou suspeita de conspiração, vem aparentemente dar razão a Beresford, que considerava que, desde o final da Guerra Peninsular, em 1814, que os governadores do reino “estavam determinados em enfraquecer o exército” português, classificando como traição “a recusa em adoptar as medidas de reforma” que o marechal-general considerava essenciais. Este esperou por uma invasão espanhola, em 1817^[20].

- William Carr Beresford, um general anglo-irlandês próximo do que, até 1830, foi o predominante pensamento *ultra-tory* na Grã-Bretanha, estava bem relacionado politicamente com alguns dos primeiros-ministros e membros dos gabinetes em Londres - Castlereagh, Liverpool, Wellington^[21]. Mantinha, de resto, uma “forte relação pessoal com o príncipe regente” português. Aquando da ausência, em 1815-1816, de Beresford, no Brasil, o seu subordinado e colaborador D’Urban, “manifestou [...] preocupação pela deterioração do estado do exército em Portugal”^[22].

- E, nesse aspecto, não era o único. O 1º visconde de Santarém, Primeiro Secretário de Estado da Casa do Infantado, escreve ao regente, em Julho de 1815, exprimindo apreensão pelo que considerava falta de comando e de consolidação das tropas, dada a ausência do marechal. Já então Beresford e Santarém mantinham contactos pessoais^[23]. E, segundo as memórias de Ricardo Raimundo Nogueira, em 1814, António José de Oliveira

Leite de Barros, futuro conde de Basto, era protegido do 1º visconde de Santarém, a quem o Principal Sousa queria agradar substituindo João António Salter de Mendonça por Leite de Barros como secretário do governo da regência^[24].

- A 22 de Maio de 1817, Beresford reúne um conselho informal onde estão presentes Cipriano Ribeiro Freire (Presidente da Junta do Comércio), o visconde de Santarém e Leite de Barros, desembargador do paço e auditor-geral do exército^[25]. Escreve o marechal-general:

Por conseguinte, reuni as pessoas com quem podia contar e que são dignas de grande respeito e amigos incontestáveis do rei. Mostrei-lhes os papéis que obtivera e transmiti-lhes tudo aquilo que descobrira e pedi-lhes a sua opinião, perguntando se podia ou devia protelar [...]. [...] Foram da opinião unânime de que o governo devia ser informado de tudo o que sabia da operação naquele momento, por muito pouco que eu confiasse nele e ele em mim^[26].

- É interessante perceber qual o circuito de comunicação da informação apurada por Beresford junto do trio de conselheiros: o 1º visconde escreve e fala com o conde de Redondo e marquês de Borba; Borba fala com Pereira Forjaz (ambos governadores do reino) e este conferencia com o intendente-geral de polícia e com Beresford^[27].

- A 23 de Maio, Beresford “entrega toda a documentação que possui” ao marquês de Borba, “Governador presidente do conselho de regência”, por intermédio de Miguel Pereira Forjaz. Tais documentos, “Credenciais, proclamações, instruções para correspondência em cifra”, foram secretamente copiados, permanecendo os originais nas mãos dos supostos conspiradores, naturalmente ignorantes desta situação^[28].

- A 6 de Setembro, o arcebispo de Adrianópolis, irmão do visconde de Santarém, profere uma pastoral, publicada na Gazeta de Lisboa, pedindo aos crentes fé no Evangelho e submissão às autoridades vigentes^[29].

- O quase silêncio do governador do reino e memorialista Ricardo Raimundo Nogueira sobre os acontecimentos desse ano, relativos a Freire de Andrade, é tão significativo que parece não ter, sobre eles, opinião definida. Aparenta transmitir a ideia de se tratar de mais um de vários episódios de perda de controlo, por parte dos governadores, sobre a situação do reino em 1817^[30].

- Por fim, a interpretação que é dada sobre a opinião do marechal-general acerca da conspiração de Gomes Freire é bastante clara:

Embora os interrogatórios da polícia tenham em breve revelado que a conspiração fora mal planeada, era obra de amadores e não apresentava uma ameaça real para o governo, Beresford apresentou uma versão totalmente diferente. Em cartas dirigidas ao seu irmão, em Inglaterra e que se destinavam a ser transmitidas à família real e a outros membros da elite governativa da Grã-Bretanha, Beresford afirmou ter havido uma conjura, apoiada por Espanha, cujo objectivo era derrubar o governo de Portugal,

colocar no trono um novo rei e introduzir uma constituição. [...] A lição era clara: para os governadores, governo britânico e rei, apenas Beresford e o seu exército poderiam impedir Portugal de cair na anarquia e ser tomado pelos Espanhóis. Na sua correspondência privada, Beresford fez claramente estar convencido de Gomes Freire era apenas um peão, que não era senão «um homem fraco, vaidoso e insensato» que pouco tivera a ver com a conjura”^[31].

O mesmo pode ser dito de várias conspirações do primeiro terço do século XIX em Portugal, a partir da Conspiração Alorna (1803), em que propositadamente se retiraram dividendos políticos de uma miríade de fenómenos, de simples cenáculos aristocráticos a movimentos populares duramente reprimidos. Como escreveram Jorge Pereira e Fernando Dores Costa, “na época, sendo escassos os espaços de discussão e acção política, os clubes e sociedades secretas, entre os quais avultavam as lojas maçónicas, desempenhavam uma função essencial. Alguns tinham propósitos conspirativos ou, como se dizia no tempo, sediciosos, outros nem tanto”^[32].

- A 18 de Outubro, pelas 15h, Pereira Forjaz escreve ao intendente-geral da Polícia, Barbosa de Magalhães, as famosas palavras: “é verdade que a execução se prolongará pela noite, mas felizmente há luar e parece-me tudo tão sossegado que espero isso não cause prejuízo algum”^[33].

Um futuro promissor

Quadro 4: benefícios directos da intervenção no processo Gomes Freire de Andrade

Promoções ou comendas	Beneficiários
Procurador da Fazenda	António José Guião
Desembargador da Casa da Suplicação	João Gaudêncio Torres
Cristo	João Gaudêncio Torres
Nossa Senhora da Conceição	João de Mattos Barbosa de Magalhães
Cristo (de Gomes Freire de Andrade)	Filho de António Gomes Ribeiro

Raúl Brandão lista a informação sintetizada no quadro 4 como as recompensas imediatas atribuídas aos algozes de Gomes Freire de Andrade^[34].

Como consequência directa - ou não - do processo de 1817, vários dos personagens envolvidos ganham uma relevância notória na vida pública portuguesa:

1. António Gomes Ribeiro torna-se membro do governo da regência, em 1820, presidente do desembargo do paço e chanceler-mor do reino, a partir de 1824. Recusara, em 1822, a

eleição para as Cortes Ordinárias Vintistas por razões de saúde, o que levantou polémica, por não invocar tal motivo e continuando a desempenhar funções oficiais^[35].

2. Quanto a Miguel Pereira Forjaz, permanece no conselho de regência até se demitir, aquando da “Aurora da Liberdade”, em Setembro de 1820^[36]. Não consegue ser eleito para as Cortes Ordinárias Vintistas. Morre, em 1827, como conde da Feira, com a patente de tenente-general e a condição de conselheiro de Guerra^[37].

3. Ricardo Raimundo Nogueira fez parte da junta régia de 18 de Junho de 1823 e o seu projecto de Carta de Lei Fundamental terá sido adoptado pela dita comissão, mas não aprovado, devido às circunstâncias políticas do momento^[38]. Morre, igualmente, em 1827.

4. José Ribeiro Saraiva, por seu lado, é eleito para as cortes de 1821 e de 1826, exercendo papel activo nas questões de ordem jurídica, sobretudo sob o Vintismo. Numa aparente inversão ideológica, de resto visível em outros futuros miguelistas, torna-se conselheiro de Estado aquando da Vila-Francada (1823), membro da junta régia de 19 de Junho desse ano, encarregue de rever a legislação vintista. Em 1828, era Secretário de Estado da Casa da Rainha, D. Carlota Joaquina^[39].

5. O percurso de Manuel Vicente Teixeira de Carvalho é ainda mais zizagueante. Com funções oficiais na chamada *Aurora da Liberdade*, réplica lisboeta da revolução de 1820^[40], é designado por António Manuel Hespanha como membro da “representação tradicionalista e ultra-realista... minoritária” da junta de 18 de Junho de 1823, preparatória de uma Carta de Lei Fundamental^[41]. Fez-se representar nas cortes de Lisboa de 1828, enquanto “Conselheiro de Estado Honorário”^[42].

6. António José Guião soube tornar-se indispensável nos anos finais do reinado de D. João VI, de D. Miguel e mesmo depois, no exílio deste. Membro de três juntas régias (de 18 de Junho de 1823, 5 de Junho de 1824 e 13 de Março de 1828^[43]), esteve presente na reunião alargada do Conselho de Estado de 2 de Maio de 1828, decisivo para a tomada de decisão de reunião de cortes tradicionais. Desempenhou as funções de Chanceler das Ordens (1828), sendo ainda Regedor das Justiças da Casa da Suplicação, em 1831, e Ministro do Reino e da Fazenda, em 1833-1834^[44].

7. Dois elementos destacar-se-iam como ditos moderados das elites miguelistas: João de Mattos Barbosa de Magalhães, conselheiro de Estado, membro da junta régia de 19 de Junho de 1823, de revisão da legislação vintista, Chanceler e Regedor das Justiças da Casa da Suplicação, nesse mesmo ano, e Ministro da Justiça, em 1829-1831^[45], sendo, em seguida, desterrado para Abrantes e aí morrendo^[46]. Bem como

8. Joaquim José Maria de Sousa Tavares, brigadeiro graduado do exército e comandante da Guarda Real da Polícia, em 1826, e, de novo, em 1832, graduado marechal-de-campo neste último ano, perdeu a confiança política de D. Miguel por ter aconselhado o duque de Cadaval a abandonar Lisboa, em Julho de 1833. Paradoxalmente, enquanto comandante do dito corpo, salientou-se “através de grandes repressões”^[47].

9. José António de Oliveira Leite de Barros torna-se ministro da Reino e da Justiça, em 1824, da Guerra, aquando da Abrilada, e do Reino e da Marinha e Ultramar, em 1828-1833. Foi agraciado com a grã-cruz de Cristo e com o título nobiliárquico de conde de Basto, em 1829. Morreu de cólera-mórbus em Coimbra, a 4 de Agosto de 1833. No ano seguinte, aquando da entrada dos liberais na cidade, o seu corpo foi profanado por uma multidão, odiosa das suas alçadas políticas no Porto, na Madeira e no restante território^[48]. Foi o representante, por excelência, da linha dura do tempo de D. Miguel.

10. João Gaudêncio Torres começa a desempenhar, em Coimbra, após a queda de Lisboa nas mãos dos liberais, em 1833, as funções de intendente-geral da polícia do exército e comissário-em-chefe das forças armadas terrestres. Muito por influência de João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, ajudante-general e chefe de Estado-Maior-General de D. Miguel^[49].

Cortes tradicionais de Lisboa de 1828

Dos dezasseis elementos activos em 1817, 11 estavam vivos em 1828. Destes, 9 (81,82%) estão presentes em pessoa ou nominalmente, nas cortes que elegeram e aclamaram D. Miguel rei, numa adesão tão significativa em termos quantitativos quanto ideológicos. Estiveram ausentes Beresford, naturalizado português; e o arcebispo de Adrianópolis, aparentemente, por não ter direito a representação no respectivo braço do clero. Haviam morrido, entretanto, cinco figuras: o Principal Sousa (1817), o 1º visconde de Santarém (1818), Cipriano Ribeiro Freire (1824), o conde da Feira (Miguel Pereira Forjaz) e Ricardo Raimundo Nogueira, ambos em 1827.

Quadro 5: algozes presentes/representados nas cortes de Lisboa de 1828^[50]

Nome	Braço das cortes	Função indicada
António Gomes Ribeiro	Nobreza	Chanceler-mor do reino
José Ribeiro Saraiva		Conselheiro da Fazenda
Manuel Vicente Teixeira de Carvalho	Nobreza	Conselheiro de Estado
José António de Oliveira Leite de Barros	Nobreza	Honorário (representado)
António José Guião	Nobreza	Conselheiro de Estado
António José Guião	Nobreza	Conselheiro e Procurador da Real Fazenda
João de Mattos Barbosa de Magalhães	Nobreza	Chanceler da Casa da Suplicação
José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro	Povo	Desembargador da Casa da Suplicação, Procurador pela Sertã
Joaquim José Maria de Sousa Tavares	Povo	Procurador por Setúbal

Conclusão

O presente tipo de análise prosopográfica e cronológica, abrangendo os anos de 1817 a 1828, do processo Gomes Freire de Andrade às cortes tradicionais de Lisboa, tem como objectivo procurar encontrar pontos em comum entre elementos ditos conservadores, mais tarde contra-revolucionários, de sensibilidades moderada e ultra-realistas. Magistrados (sobretudo desembargadores), governantes (ministros), militares, clérigos, notáveis naquela década, podem ser encarados como parte de uma elite de “personalidades burocrático-político-intelectuais” de que fala António Manuel Hespanha, a propósito do ano de 1823^[51]. Como se verá no quadro 6, em 1828-1829, muitos deles estão no pico das suas carreiras; e, como se viu ao longo do presente estudo, isso sucede durante todo o reinado absolutista de 1828-1834.

Da Setembrizada de 1810 aos anos iniciais de exílio italiano de D. Miguel em Itália (1834-1836), muitos destes elementos procuraram travar as ideias progressistas e revolucionárias trazidas pelas Invasões Francesas, buscaram a reforma das estruturas institucionais e políticas ou o regresso a um Antigo Regime *puramente* realista. As cortes vintistas, as cortes tradicionais de Lisboa, a Vila-Francada, a Abrilada, o regresso de D. Miguel, serviram para unir e separar elementos coalizados em determinados momentos, face a acontecimentos concretos. Um deles foi o processo de Gomes Freire de Andrade, que assombrou o seu tempo pela dureza da repressão. Repressão essa que foi recuperada nas décadas seguintes, num Portugal em convulsão e em evolução, numa encruzilhada de soluções e utopias (ou distopias...) que ainda hoje apaixonou a cultura e historiografia nacionais.

Quadro 6: dados prosopográficos em 1828

(nascidos nas décadas de 1740/50, 1760 e 1770/80)

Nome	Ano nascimento	Idade aproximada em 1828	Origem geográfica	Funções oficiais
António Gomes Ribeiro	1742	86 anos	Barcelos	Chanceler-mor do reino Ministro do Reino e
José António Oliveira Leite de Barros	1749	79 anos	Fafe	interino da Marinha e Ultramar

Nome	Ano nascimento	Idade aproximada em 1828	Origem geográfica	Funções oficiais
Manuel Vicente Teixeira de Carvalho	1752 ou 1753	74 ou 75 anos	Mondim de Basto	Desembargador do Paço, Conselheiro de Estado Honorário
José Ribeiro Saraiva	Baptizado 1754	71 anos	Paços, Santa Marinha, Guarda ^[52]	Procurador da Fazenda
Arcebispo de Adrianópolis	1763	65 anos	Lisboa	Provisor e Vigário-Geral do Priorado do Crato
João de Mattos Barbosa de Magalhães	1767 ou 1768	61 ou 60 anos	Barcelos	Chanceler da Casa da Suplicação (1829: ministro da Justiça)
William Carr Beresford	1768	60 anos	Irlanda	Master General of Ordnance no gabinete Wellington (1828-1830)
Joaquim José Maria de Sousa Tavares	1777	51 anos	Setúbal	Brigadeiro graduado em 1826, efectivo em 1831 ^[53]
João Gaudêncio Torres	1779 ou 1780 ^[54]	48 ou 49 anos		Desembargador da Casa da Suplicação
José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro	1784 ^[55]	46 anos	Portalegre	Desembargador Agravista da Casa da Suplicação; Ajudante do Procurador da Coroa (1829) ^[56]

Fontes e bibliografia

Azevedo, Pedro de e Baião, António, 1989 (1ª ed. 1905). *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização (nota prévia de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha)*. Lisboa; Livros Horizonte.

Araújo, José Maria Xavier de, 2006. *A Revolução de 1820: Memórias (introdução de Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 203 - 216.*

:: Neste pdf - página 12 de 19 ::

António Ventura). Casal de Cambra e Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa.

Benevides, Francisco de Fonseca, 1879. *Rainhas de Portugal: estudo histórico com muitos documentos. Por... da Academia Real das Ciências*. Vol. I. Lisboa: Tipografia Castro Irmão.

Brandão, Raúl, 1990. *Vida e Morte de Gomes Freire de Andrade*. S.l.: Publicações Alfa.

Carrilho, Luiz Pereira, 2002 (1ª ed. 1856). *Os oficiais d'El-Rei Dom Miguel (introdução e índices de Nuno Borrego e António Mattos e Silva)*. Lisboa: Edições Guarda-Mor.

Castro, Zília Osório de (dir.), 2002. *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. II. Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento.

Conceição, Frei Cláudio da, 1818. *Oração fúnebre recitada nas solenes exéquias do Illm.º e Exm.º Senhor Visconde de Santarém João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa*. Lisboa: Impressão Régia.

Costa, Francisco de Paula Ferreira da, 1982. *Memórias de um miguelista (1833-1834). Prefácio e notas de João Palma-Ferreira*. Lisboa: Presença.

Dias, Graça e José Sebastião Silva, 1986 (2ª edição). *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Vol. I, t. II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Fuente, Francisco A. de la, 2011. *D. Miguel Pereira Forjaz. Conde da Feira, 1769-1827. O organizador da luta contra Napoleão*. Parede: Tribuna da História.

Figueira, Joaquim Fernandes, 1941. *O Conde de Basto. O Epitáfio que se desfaz*. Porto: Imprensa Moderna.

Anónimo (Freitas, Joaquim Ferreira de), 1822. *Memória sobre a Conspiração de 1817, vulgarmente chamada A Conspiração Gomes Freire de Andrade; escrita e publicada por um Português Amigo da Justiça e da Verdade*. Londres: impresso por Ricardo e Artur Taylor.

Lopes, António, 2003. *Gomes Freire de Andrade. Um retrato do Homem e da sua Época*. s.l.: Grémio Lusitano.

Martins, J., Rangel, R. e Santiago, A., 1982. "Projecto institucional do tradicionalismo reformista: a crítica da legislação vintista pela Junta de Revisão das Leis". In Miriam Halpern Pereira *et al* (org.), *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editores.

Matos, José Sarmiento de, 1994. *Uma Casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Quetzal Editores.

Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 203 - 216.

:: Neste pdf - página 13 de 19 ::

- Medina, João (dir.), S.d. *História Contemporânea de Portugal*. Vol. I. S.l.: Multilar.
- Mónica, Maria Teresa, 1997. *Errâncias Miguelistas (1834-43)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Nogueira, Ricardo Raimundo, 2012. *Memórias políticas: memória das coisas mais notáveis que se trataram nas conferências do governo (1810-1820)*. Transcrição, estudo e edição de Ana Cristina Araújo. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Schafer, Henrique (sic), 1925. *História de Portugal desde 1820 até 1910, continuada por José Agostinho*. vol. VI. Porto: Escritório da Editorial Empresa.
- Newitt, Malyn e Robson, Martin, 2004. *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal, 1807-1820*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pardoux, Barão de Saint, 1836. *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834: relação dos principais acontecimentos, e das operações militares desta guerra. Pelo...* Lisboa: Tipografia de J. P. F. Telles.
- Pedreira, Jorge e Costa, Fernando Dores, 2009. *D. João VI: o Clemente*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pereira, Ângelo, 1956. *D. João VI Príncipe e Rei*. Vol. III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Peres, Damião, 1935. *História de Portugal (Edição Monumental)*. vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora.
- Santarém, Visconde de, 1914. *Inéditos (miscelânea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- _____, 1919. *Correspondência do... Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa)*. Publicada pelo 3º Visconde de Santarém. Vol. V. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores.
- Saraiva, J. Mendes da Cunha, S.d. "António Ribeiro Saraiva na Universidade". Lisboa: *Nação Portuguesa*. Série IV, fascículo IV, t. I.
- Subtil, José, 1996. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.
- _____, 2010. *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*. Lisboa, Ediuál.
- Ventura, António, 2013. *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir., coord. e compil.), 1960. *Nobreza de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Almanaque de Lisboa para o ano de 1817, sem outra informação.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, S.d. Vols. XI e XXI. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

Gazeta de Lisboa, nº 212, 8 de Setembro de 1817. Lisboa: Impressão Régia. 1-4 (n.n.)

Folha da exposição temporária “Felizmente Há Luar... Nos 200 anos da execução de Gomes Freire de Andrade (18 out 17)”. Lisboa: Torre do Tombo.

<https://geneall.net/pt/nome/156895/jose-vicente-caldeira-do-casal-ribeiro/> (consultado a 15/1/2018).

^[1] — Embora o clérigo tivesse morrido em 1 de Outubro de 1817, escassas semanas antes da morte do tenente-general.

^[2] — Intendente-geral da Polícia, desde, pelo menos, Dezembro de 1811 (Graça e José Sebastião Silva Dias 1986 (2ª edição), 559-562 e n. 1).

^[3] — Zília Osório de Castro II 597.

^[4] — Idem 2002, 514.

^[5] — António José Pereira da Costa 2005, 199.

^[6] — José Subtil 1996, 67-68, 71 e 515, José Subtil 2010, 271 e J. Mendes da Cunha Saraiva s.d., 287.

^[7] — <https://geneall.net/pt/nome/156895/jose-vicente-caldeira-do-casal-ribeiro/>. Foi necessário recorrer a esta fonte *online*, pois José Subtil 2010, 385, é omissivo quanto ao ano de nascimento.

^[8] — José Subtil 1996, 515, José Subtil 2010, 91 e António Lopes 2003, 91.

^[9] — António Lopes 2003, 98 e Joaquim Fernandes Figueira, 1941, 5 e José Subtil 2010,

327.

^[10]
— J. Mendes da Cunha Saraiva s.d., 287 e José Subtil 2010, 375-376.

^[11]
— J. Mendes da Cunha Saraiva s.d., 287 Henrique (sic) Schaefer 1925, 55, Maria Teresa Mónica 1997, 249, n. b e José Subtil, 2010, 94.

^[12]
— António Lopes 2003, 98, Pedro de Azevedo e António Baião 1989 (1ª ed. 1905), 213, José Subtil 1996, 524 e José Subtil 2010, 463.

^[13]
— José Subtil 1996, 71, 521 e 533, José Subtil 2010, 283, Anónimo (Joaquim Ferreira de Freitas) 1822, 117 e J. Martins, R. Rangel e A. Santiago 1982, 156.

^[14]
— António Lopes 2003, 95 e 99 e José Subtil 2010, 385.

^[15]
— José Subtil 2010, 271.

^[16]
— *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* XI, 824-825.

^[17]
— Frei Cláudio da Conceição 1818, 12, José Sarmiento de Matos 1996, 182 e *Almanaque de Lisboa para o ano de 1817*, 74-78.

^[18]
— Malyn Newitt e Martin Robson 2004, 137.

^[19]
— Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa 2009, 335, falam em “criar um governo provisório ou Conselho Regenerador, que convocariam cortes, às quais caberia a designação de um rei constitucional”. Graça e José Sebastião da Silva Dias, 642, citando Raúl Brandão, consubstanciam tal informação. Estes dois autores contextualizam: “Não é líquido que tudo seja espontâneo, sincero e completo nas confissões dos réus. E não há garantia de que a redacção, pelo menos, não seja tendenciosa. A conspiração nunca ultrapassou a fase dos projectos, e tanto Beresford como Forjaz tinham o maior interesse em acenar às autoridades do Rio de Janeiro com os espantalhos de Cortes, de Constituição e de mudança dinástica”. Note-se que, em Raúl Brandão 1990, 153, não se refere a prisão de Beresford.

^[20]
— Malyn Newitt e Martin Robson 2004, 96-97.

^[21]
— Malyn Newitt e Martin Robson 2004, 107.

^[22]
— Malyn Newitt e Martin Robson 2004, 98.

^[23]
— Ângelo Pereira 1956, 60-161.

^[24]
— Ricardo Raimundo Nogueira 2012, 240 (10.2.1814).

^[25]
— Foi nomeado para esse posto por Beresford, substituindo as funções desempenhadas, desde Março de 1806, de inspector-geral dos transportes e hospitais e de intendente-geral e auditor-geral do exército (Joaquim Fernandes Figueira 1941, 5).

^[26]
— Malyn Newitt e Martin Robson 2004, 125, 141-142 e 173, n., Anónimo (Joaquim Ferreira de Freitas) 1822, 121 e 144-145, António Ventura 2013, 90 e António Lopes 2003, 91.

^[27]
— Ricardo Raimundo Nogueira 2012, 304 e Damião Peres 1935, 29, n. 1.

^[28]
— Damião Peres 1935, 29.

^[29]
— *Gazeta de Lisboa*, nº 212, 8 de Setembro de 1817, 1-4 (n.n.).

^[30]
— Ricardo Raimundo Nogueira 2012, 60-61 e 304-310.

^[31]
— Malyn Newitt e Martin Robson 2004, 100-101.

^[32]
— Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa 2009, 334.

^[33]
— Raúl Brandão 1990, 250, n. 3 e folha da exposição “Felizmente Há Luar... Nos 200 anos da execução de Gomes Freire de Andrade (18 out 17)”, 1. Tal peça documental encontra-se na Torre do Tombo, Fundo Intendência-Geral da Polícia.

^[34]
— Raúl Brandão 209 e Zúquete 1960, 406.

^[35]
— Graça e José Sebastião Silva Dias 1986 (2ª ed.), 541, n. 2, Francisco de Fonseca

Benevides, 1879, 52, Henrique (sic) Schaefer 1925, 55, Maria Teresa Mónica 1997, 249, n. b, visconde de Santarém 1914, 142, n. 5, José Subtil, 1996, 515, José Maria Xavier de Araújo 2006, 102 e Zília Osório de Castro (dir.) 2002, 521.

^[36]
— Francisco A. de la Fuente 2011, 259.

^[37]
— Zília Osório de Castro 2002, 519 e Francisco A. de la Fuente, 2011, 261.

^[38]
— António Manuel Hespanha 1982, 74.

^[39]
— J. Martins, R. Rangel. A. Santiago 1982, 156, Zília Osório de Castro 2002, 597-598 e J. Mendes da Cunha Saraiva s.d., 287-288 e visconde de Santarém 1914, 143 e n. 1.

^[40]
— Foi “um dos membros do governo interino constituído pelo movimento revolucionário de Lisboa de 15-IX-1820 e da Junta Provisional preparatória das cortes, criada pela portaria, lavrada em Alcobça, de 27 do mesmo mês” (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* s.d. XXXI, 52), com nomeação de 16 de Setembro (João Medina (dir) s.d., 62).

^[41]
— António Manuel Hespanha 1982, 74 e 88, n. 42.

^[42]
— J. Martins, R. Rangel. A. Santiago 1982, 155-156 e Visconde de Santarém 1919, 527.

^[43]
— Reunidas para estabelecimento de uma Carta de Lei Fundamental e, em 1824 e 1828, convocação das cortes tradicionais.

^[44]
— Maria Teresa Mónica 1997, 576 e referido por Francisco de Paula Ferreira da Costa 1982, 142 e 143 n. 67.

^[45]
— José Subtil 1996, 528 e José Subtil 2010, 283.

^[46]
— Camilo Castelo Branco, 1981, 204 e Visconde de Santarém 1914, 110.

^[47]
— Luiz Pereira Carrilho 2002 (1ª ed. 1856), 6 e 53 e Ferreira da Costa 1982, 33 n. 15 e 69.

^[48]
— Joaquim Fernandes Figueira 1941, 5-6.

^[49]
— Barão de Saint Pardoux 1836, 78.

^[50]
— Visconde de Santarém 1919, 525-527, 529 e 531.

^[51]
— António Manuel Hespanha 1982, 87.

^[52]
— Zília Osório de Castro II 597.

^[53]
— António José Pereira da Costa 2005, 199-200.

^[54]
— José Subtil 1996, 67-68, 71 e 515, José Subtil 2010, 271.

^[55]
— <https://geneall.net/pt/nome/156895/jose-vicente-caldeira-do-casal-ribeiro/>. Foi necessário recorrer a esta fonte online, pois José Subtil 2010, 385, é omissivo quanto ao ano de nascimento.

^[56]
— José Subtil 2010, 386.